

OFÍCIO CIRCULAR

DIREÇÃO REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS E DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

DATA: 12/11/2012

N.º59/2012

SERVIÇO DE ORIGEM: DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E RECURSOS HUMANOS DOCENTES E DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE RECURSOS HUMANOS.

ENVIADO PARA:

Gabinete do Secretário	<input type="checkbox"/>	Madeira Tecnopólo	<input checked="" type="checkbox"/>
DRE	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Básicas e Secundárias	<input checked="" type="checkbox"/>
DRPRI	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Profissionais Públicas	<input checked="" type="checkbox"/>
DRQP	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Profissionais Privadas	<input checked="" type="checkbox"/>
DRJD	<input checked="" type="checkbox"/>	Estabelecimentos Ensino Particular Cooperativo	<input checked="" type="checkbox"/>
DRT	<input checked="" type="checkbox"/>	I.P.S.S.	<input checked="" type="checkbox"/>
IRT	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicatos	<input checked="" type="checkbox"/>
Delegações Escolares	<input checked="" type="checkbox"/>	Casa da Madeira	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

ASSUNTO: PRÉ-AVISO DE GREVE.

Para efeitos de divulgação e afixação, enviamos a V. Ex^a fotocópia do fax enviado pela FENPROF - Federação Nacional dos Professores, contendo o Pré-Aviso de Greve Nacional, a qual ocorrerá no dia 14 novembro de 2012, das zero às vinte e quatro horas.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS E DA
ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

(Jorge Manuel da Silva Morgado)

/DA



FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

1- Ao Sr. Secretário
2- À DNIAT
7.11.12
Sara Melvas

PRÉ-AVISO DE GREVE

CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO

GREVE GERAL DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2012 (DAS 0 ÀS 24 HORAS)

*Mudar de Política – Por um Portugal com Futuro
Emprego, Salários, Direitos, Serviços Públicos*

- Ao Primeiro-Ministro
- Ao Ministério da Economia e do Emprego
- Ao Ministério da Educação e Ciência
- Ao Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
- Ao Ministério das Finanças
- Ao Ministério da Defesa Nacional
- Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Ao Ministério da Administração Interna
- Ao Ministério da Justiça
- Ao Ministério da Saúde
- À Secretaria de Estado da Administração Pública
- À Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa
- Ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores
- Ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), ao abrigo do art. 57º da Constituição da República Portuguesa e nos termos dos artigos 530.º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e dos artigos 392.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, declara a participação dos professores, educadores e investigadores na GREVE GERAL de todos os trabalhadores e trabalhadoras no dia 14 de Novembro de 2012, sob a forma de uma paralisação total do trabalho durante todo o período de funcionamento correspondente àquele dia, em todas as escolas, instituições, centros ou polos de investigação científica e outros serviços, públicos ou privados, seja qual for a natureza jurídica da entidade empregadora, e em todo o território nacional, com os objetivos seguintes:

- 1- *Pela resolução dos problemas dos trabalhadores e da economia nacional. Pelo desenvolvimento do País e a defesa da Soberania Nacional*
 - Acabar com as políticas recessivas que provocam o retrocesso económico e são a causa do aumento do desemprego e do custo de vida e da generalização da

Rua Fialho de Almeida, n.º 3 – 1070-128 LISBOA – Telef. 213819190; Fax. www.fenprof.pt

S.R. EDUCACAO E RECURSOS HUMANOS
Gabinete do Secretario

Entrada	PROCESSO(S)	DATA

precariedade, do ataque aos direitos, à contratação e à negociação coletivas, do desmantelamento e degradação dos serviços públicos e funções sociais do Estado.

- **Pôr termo ao programa de agressão** contra os trabalhadores e os cidadãos em geral. Exigir a renegociação da dívida, designadamente dos prazos, dos juros e dos montantes.
- **Adotar um programa de desenvolvimento** dirigido ao investimento e revitalização do setor produtivo. Pôr fim às privatizações e exercer o controlo dos setores estratégicos da economia, incluindo a reconstituição de um setor empresarial forte nas atividades financeiras.
- **Exigir um programa de emergência de combate ao desemprego** e garantir o alargamento do subsídio social de desemprego a todos os desempregados que não estejam a receber subsídio de desemprego.
- **Aumentar os salários e atualização imediata do Salário Mínimo Nacional para 515 €.**
- **Aumentar o valor das pensões**, a todos os reformados e pensionistas, incluindo as pensões mínimas, e das prestações e apoios sociais.

2- Contra a austeridade, pelo crescimento económico e o emprego

- **Contra o brutal aumento do IRS** que provoca um corte dos rendimentos ainda maior que em 2012, o que se traduz num saque de mais 3,1 mil milhões de euros nos salários e nas pensões de reforma.
- **Contra os cortes no subsídio de desemprego, no subsídio de doença e noutras prestações sociais**, contra mais uma redução das pensões de reforma.
- **Contra a destruição das Funções Sociais do Estado** (Segurança Social, Saúde, Educação).
- **Contra o desmantelamento, a degradação e o encarecimento dos serviços públicos** prestados às populações (designadamente dos transportes e comunicações)
- **Contra as privatizações das empresas estratégicas para o desenvolvimento do país.**
- **Contra o aumento dos preços de bens e serviços de primeira necessidade** (eletricidade, água, gás, transportes, etc.) e de outros impostos e taxas diversas.
- Exigir outras respostas, nomeadamente pela aplicação das propostas da CGTP-IP:
 - **Aumentar as receitas do estado**, através da taxação dos lucros dos grandes grupos económicos, das transações financeiras e dos dividendos dos grandes acionistas.
 - **Diminuir as despesas do Estado**, através da redução dos encargos públicos com as parcerias públicas privadas; da revogação dos benefícios fiscais ao setor segurador e financeiro e às Fundações privadas dos grupos económicos; das "rendas" pagas pelo Estado, em especial ao setor elétrico; da exigência de que o BCE passe a emprestar diretamente ao Estado à taxa de referência de 0,75% em vez de o fazer aos bancos privados.

Com estas medidas, é gerada uma poupança de 12 mil milhões de euros e, assim, pode evitar-se a continuação do saque aos salários e pensões de reforma; parar com o agravamento do desemprego e da recessão; melhorar a proteção social e as condições de trabalho e libertar meios para o investimento produtivo.

3- Dizer NÃO ao aumento dos horários de trabalho. Fazer cumprir os Direitos laborais e sociais

- Combater o aumento do tempo de trabalho gratuito através da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios; a redução do valor hora e os cortes no pagamento das horas extras e dias feriados; a desregulamentação dos horários e os "bancos de horas".
- Defender a contratação coletiva, a principal fonte de direitos mais favoráveis aos trabalhadores, bem como, no setor público, exigir uma negociação séria e efetiva.

4- Em defesa da Escola Pública democrática, da qualidade do ensino, da inclusão e dos direitos dos Professores, Educadores e Investigadores

Os Professores, Educadores e Investigadores sentem, no seu quotidiano profissional, os efeitos devastadores das políticas do governo. Sucessivos cortes no orçamento da Educação estão a gerar uma forte vaga de desemprego, instabilidade, agravamento das condições de trabalho e degradação da qualidade do ensino.

Medidas como os mega-agrupamentos, a revisão da estrutura curricular, o aumento do número de alunos por turma ou a continuada perversão e recurso a ilegalidades na fixação das normas de organização dos horários de trabalho dos docentes, são apenas algumas das muitas que estão a contribuir para a desvalorização da Escola Pública e do ensino de qualidade.

Face à situação específica que se vive na Educação, os Professores, Educadores e Investigadores:

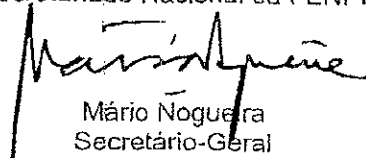
- Condenam a atual política de terra queimada, desenvolvida pelo MEC (governo) no setor da Educação.
- Rejeitam o anunciado ataque ao Estado social e à Constituição da República Portuguesa, designada de "profunda reforma do Estado", no âmbito da qual o governo pretende destruir a Escola Pública democrática, inclusiva e de qualidade.
- Repudiam a intenção do MEC de importar modelos organizacionais de sistemas educativos que assentam na segregação, com o encaminhamento de alunos para vias secundarizadas e de menor qualidade.
- Acusam o MEC de provocar a asfixia financeira das instituições de ensino superior, da ciência e da investigação.
- Exigem que seja posto termo a práticas deliberadamente orientadas para, no setor público e no privado, serem despedidos docentes. Como a FENPROF tem repetido, não há Professores a mais, mas, com as atuais políticas e o atual governo, Escola a menos.

GREVE GERAL PELO FUTURO DE PORTUGAL

Para os trabalhadores, cujo horário de trabalho se inicie antes das 00h00 ou termine depois das 24h00 do dia 14 de Novembro, se a maior parte do seu período de trabalho coincidir com o período de tempo coberto por este pré-aviso, o mesmo começará a produzir efeitos a partir da hora em que deveriam entrar ao serviço, ou prolongará os seus efeitos até à hora em que deveriam terminar o trabalho, consoante os casos. Se necessário, os trabalhadores em greve permanecerão nos locais de trabalho.

A FENPROF, em representação do Sindicato dos Professores do Norte, Sindicato dos Professores da Região Centro, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sindicato dos Professores da Zona Sul, Sindicato dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores da Região Açores e Sindicato dos Professores no Estrangeiro, formaliza, nos termos da lei, o presente **Pré-Aviso de Greve para dia 14 de novembro de 2012**, entre as zero e as vinte e quatro horas, abrangendo todos os docentes, de todos os níveis de educação e de ensino, bem como os investigadores e trabalhadores científicos, independentemente da natureza do seu vínculo laboral, sejam ou não sindicalizados. Para os efeitos legais, caso os membros dos órgãos de gestão, usando os seus direitos, adiram à greve agora convocada, ficará responsabilizado pela segurança do edifício e de todas as pessoas que nele permaneçam o docente de carreira mais antigo da escola que não se encontre em greve.

Lisboa, 6 de novembro de 2012

Secretariado Nacional da FENPROF

Mário Nogueira
Secretário-Geral